



O CORONELISMO E A TRANSIÇÃO REPÚBLICANA NO PARANÁ

Mônica Helena Harrich Silva Goulart. Doutoranda em Sociologia pela
Universidade Federal do Paraná.

Resumo

Análise sobre o poder local, especificamente sobre o coronelismo, no Estado do Paraná, durante a transição do regime monárquico para a República. Aponta os principais aspectos que resultaram na configuração do coronelismo enquanto sistema, ou seja, o coronelismo paranaense envolveu o poder público (através do governo estadual) e o poder privado (na figura do coronel) em uma relação de cunho político, uma vez que os atores participantes “estendiam-se” desde a base mais simples da sociedade, que era o trabalhador rural, até o Presidente da República, tal como apresentado na análise clássica de Vitor Nunes Leal, Coronelismo, Enxada e Voto. A manutenção do sistema coronelista no Paraná tinha seu fundamento na garantia dos votos (sufrágio universal) através da ação dos coronéis que resultava também no controle da ordem municipal, objetivado sempre pelo grupo político que dominava o Estado.

Palavras-chave: Transição de Regime, Sistema Coronelista, Paraná.

Ao analisarmos o poder local no Paraná, durante a transição da Monarquia para a República, fundamentamos nossas investigações acerca do *sistema coronelista* no Paraná, entendendo-o conforme Vitor Nunes Leal o descreve em sua clássica obra **Coronelismo, enxada e voto** (1986), ou seja, um “...sistema de reciprocidade: de um lado os chefes municipais e os coronéis, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça.” (LEAL, 1986, p. 43)

Podemos colocar que os coronéis paranaenses deste período controlavam os diretórios municipais pessoalmente na grande maioria das vezes, sendo seus presidentes, ou através da representação de amigos ou familiares. Afinal, vários municípios paranaenses tiveram sob seu controle o mesmo prefeito durante ininterruptos mandatos, ou então, tinham o controle local submetido a um revezamento familiar, no qual os membros do mesmo grupo encontravam-se em posições de liderança na Câmara Municipal como presidente, como prefeito, como camaristas, como chefes do diretório ou, então, como deputado estadual. No caso do Paraná, o maior limite de poder que os coronéis poderiam vislumbrar era uma cadeira no Congresso Legislativo, casos de maior poder deste cargo foram extremamente raros com a transição republicana; panorama que também se manteve até os últimos suspiros da República Velha.

O sistema político-partidário da República Velha será o foco central para a sustentação das oligarquias estaduais, pois a ausência de um partido essencialmente

nacional, contribuíra para o fortalecimento de grupos estaduais, disputando no Congresso seus interesses. Segundo Leôncio Basbaum, em **História Sincera da República** (1997), esses partidos estaduais sustentavam “...seu poderio nos coronéis e nas oligarquias estaduais mais fortes, organizavam as listas dos candidatos aos cargos eletivos, federais, estaduais e municipais, fiscalizavam as eleições, elaboravam as atas e empossavam os eleitos – das suas listas.” (BASBAUM, 1997, p. 186)

Na existência de um município com mais de uma família concentrando o poder econômico e, por conseqüência, disputando também o poder político, encontramos uma distribuição dos cargos mais importantes do local para que se estabelecesse, assim, entre elas, uma divisão de poder. Haja vista que os grupos locais disputavam o controle do município, justamente para terem a proteção e ajuda do governo regional e não meramente para se colocar no comando do local, tendo que arcar com todas as despesas decorrentes de seu poder municipal sozinho. Esta escolha era também direcionada, segundo as necessidades do estado, pois o governo regional servir-se-ia somente de coronéis que pudessem ser um instrumento de manutenção da ordem em nível local.

Ocorria nestas situações um acordo entre os grupos no sentido de que organizavam uma rotatividade no poder, para que seus interesses fossem assegurados e seu prestígio mantido, o que deixava o poder público tranqüilo em relação ao controle das eleições, pois se houvesse algum problema local, logo o governo poderia lançar mão de outro grupo para a garantia do voto dos eleitores. Não importava ao executivo estadual quem estaria controlando o município, desde que os votos lhes fossem assegurados e a relação de dependência local estabelecida, ou seja, desde que a ordem local tivesse continuidade. Afinal, uma das facetas do *sistema coronelista* era justamente a acomodação das massas, mesmo no caso do Paraná, com uma população relativa considerada baixa na qual se concentrava fundamentalmente no campo. Como bem coloca Décio Saes, o coronel tinha como tarefa, dentro de relações de dependência pessoal, “...manipular eleitoralmente o trabalhador do campo e, ao fazê-lo, participa da função do Estado burguês consistente em desorganizar as classes trabalhadoras...”, assim como também promove a manutenção da classe dominante no poder. (SAES, 1982, p. 115)

Aliás, é justamente este um dos aspectos que define as práticas políticas do Paraná como características do coronelismo, pois o controle do voto se estabelece com o partido situacionista, num primeiro momento e, depois, a própria oposição alia-se ao partido governista (na coligação Partidária) para também se tornar situação e, conseqüentemente, conseguir seus benefícios enquanto assegurava o poder dos membros da classe dominante.

Apesar da nossa pesquisa se constituir fundamentalmente como uma análise do coronelismo no Paraná durante a Primeira República, procuramos ampliar nossa reflexão também para a última década da antiga Província, para verificarmos o quadro político que compunha o poder local deste período.

Assim, ao desvendarmos as relações políticas, entre o poder local e o poder estadual durante os anos 80 do século XIX, apontaremos as bases dos grupos e os principais coronéis que controlaram a política paranaense da República Velha em nosso Estado, além de verificarmos se ocorreu uma continuidade de atores políticos durante a mudança de regime.

Nesse sentido, os últimos anos do Paraná Província são marcados por quadros políticos que irão resultar num cenário em que praticamente os mesmos sobrenomes

aparecem no comando da política local até os anos 30. Ou seja, no que diz respeito as questões políticas, não visualizamos transformações com grandes significados durante a transição da Monarquia para a República. Conforme coloca Luis Carlos Pereira Tourinho, em **Toiro Passante III: tempo de República Velha** (1990), dos 32 eleitos em 1891 para deputados estaduais, “...somente 16 representavam a renovação republicana¹”; além de que poucos destes terão expressão política no território paranaense. (TOURINHO, 1990, p. 414)

Entretanto, isto não significa que os grupos os quais dominavam o poder local continuaram o fazendo da mesma maneira, pois conforme já indicamos, imaginar que os chefes políticos locais permaneceram mandando, no contexto local, sem ter que prestar contas ao poder público ou ao grupo que o representa não passa de uma ilusão. Mesmo assim, podemos dizer que a grande maioria destes indivíduos continuará ocupando uma situação política confortável durante a República.

Nesse sentido, podemos apontar os novos representantes no Congresso paranaense em 1891, os quais terão uma expressão política² significativa ao longo da Primeira República: Amazonas de Araújo Marcondes, este coronel dominou o município de União da Vitória durante quase toda República Velha, alternando o cargo de prefeito com o de deputado estadual durante várias legislaturas (1888-1889, 1891-1892, 1910-1911, 1914-1915, 1918-1919, 1922-1923); Domingos Antonio da Cunha, foi vereador quatro vezes em Campo Largo e deputado provincial (1880-1881, 1882-1883, 1884-1885, 1886-1887); Generoso Marques dos Santos (um dos principais atores políticos durante a República Velha no Paraná); João de Menezes Dória, foi governador estadual temporário durante a Revolução Federalista e foi deputado estadual apenas duas vezes (189-1892, 1906) e deputado federal (1906-1908); Padre José Antonio de Camargo e Araújo exerceu o cargo de deputado estadual durante várias legislaturas no Império (1860-1861, 1866-1867, 1868-1869, 1880-1881, 1882-1883, 1884-1885, 1886-1887); cel. José de Freitas Saldanha, chefe político de Guarapuava durante o Império e deputado estadual na República (1888-1889, 1891-1892); Luis Antônio Xavier, foi deputado estadual (1888-1889, 1904-1905, 1907), prefeito de Curitiba (1900-1907) e deputado federal (1912-1914, 1915-1917, 1918-1920); cel. Pedro Ferreira Maciel, pai de Ottoni F. Maciel (que dará continuidade a sua política durante a República), foi deputado estadual (1888-1889, 1891-1892), chefe político de grande prestígio em Palmeira, grande proprietário rural do período de transição; cel. Teothonio Marcondes de Albuquerque, exerceu o cargo de deputado estadual várias vezes no final do Império como também no próximo regime (1888-1889, 1891-1892, 1906, 1918-1919, 1920-1921); Tristão Cardoso de Menezes foi deputado estadual várias vezes (1880-1881, 1884-1885, 1886-1887, 1888-1889, 1891-1892) e Vicente Machado, o qual vai exercer até a sua morte (março de 1907) a liderança política do Estado do Paraná, representando sempre a situação. (FERREIRA, 1999, p. 129-145)

A exemplo de tal contexto, tomaremos para análise a família Araújo, cujos membros tiveram uma participação significativa na política paranaense durante o Império

¹ São eles: “Alípio José de Nascimento e Souza, Tenente Antonio Ennes Bandeira, Antonio Lustoza de Andrade Ribas, Bernardo de Assis Martins, Coronel Francisco José Cardoso Jr., Joaquim José Alves, Joaquim de Paula Xavier, Joaquim Procópio Pinto Chichorro Jr., José dos Santos Pinheiro Lima, Justiniano de Oliveira Souza Mello, Manoel de França Camargo, Manoel Pacheco de Carvalho, Tenente Coronel Norberto de Amorim Bezerra, Pedro Fonseca, Telêmaco Morcines Borba (deputado estadual em 1882-1883, 1891-1892, 1897-1898, 1899, 1908-1909, 1910-1911, 1912-1913, 1916-1917 alternando com a prefeitura de Tibagi), Teófilo Soares Gomes.” Já o restante dos membros do Congresso era: Achyles Stenghel –italiano, Alfredo Van der Osten –holandês, Bertholdo Adam –alemão, Carlos Weigert –alemão, Jorge Meyer –alemão. (TOURINHO, 1990, p. 413, 414)

² Sendo assim, é relevante apontar que os últimos anos do Império prepararam o cenário político para os chefes locais exercerem seu poder no novo regime.

e, progressivamente, foram perdendo espaço no comando direto do Estado, passando seus membros a participarem da política de forma cada vez mais restrita. Ou seja, verificamos que a participação desta família, ao longo da Primeira República, fora marcada por submissões em relação ao executivo estadual, resultando cada vez mais num mando local limitado aos desígnios do estado.

Ao longo do Império a família Araújo teve uma expressão política e econômica significativa. Dois irmãos ocuparam a Presidência da Província paranaense: Manoel Alves de Araújo e Antonio Alves de Araújo. O primeiro foi Ministro da Agricultura e Vice-Presidente durante dois meses de 1865 (de 5 de maio de 1865 até 18 de agosto de 1865), foi ainda deputado estadual durante o Império (1864-1865, 1868-1869, 1880-1881, 1884-1885, 1886-1887, 1888-1889) e também deputado federal (e 1878 até 1889). Já Antonio Alves de Araújo que exerceu o mando no executivo paranaense como vice-presidente durante dois mandatos, de 26 de maio de 1883 até 3 de setembro de 1885 e, mais tarde, cumpriu um segundo mandato durante 24 de agosto de 1885 até 18 de setembro de 1885, ocupou também o cargo de deputado estadual durante algumas legislaturas (1856-1857, 1866-1867, 1868-1869, 1880-1881, 1882-1883). (FERREIRA, 1999, p. 114, 116)

A vida financeira da família sempre esteve ligada à erva-mate. Em 1881 Antonio Alves de Araújo era um de seus exportadores, pois em 1852 a família era proprietária do engenho Herdeiros de Evaristo Alves de Araújo, bem como em 1886, era um dos donos dos 15 engenhos que se encontravam em Curitiba, mas, no entanto, em 1906, não encontramos menção à família Araújo como proprietária de nenhum dos 32 engenhos do Estado do Paraná; o que revela também uma diminuição da expressão econômica dos Araújo, uma vez que a erva-mate era o melhor negócio de atividade econômica da época. (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO PARANÁ, 1991, p. 133-136)

Com a Proclamação da República estes nomes não irão aparecer mais no executivo estadual, nem mesmo no Senado e, tampouco, no Congresso Federal, ficando seu mando restrito somente aos limites estaduais, na ocupação do Congresso Estadual e prefeituras municipais. Assim, este sobrenome (que no período anterior era símbolo de poder e riqueza) passa a ter ressonância somente em termos municipais.

Através de uma compilação de dados, percebemos que a família Araújo, até então uma das famílias mais poderosas do Paraná durante o Império, perde domínio e influência política no território paranaense com a transição republicana, assim como também nos níveis nacionais.

Outro fato relevante para se pensar o poder político local constituído por grupos familiares, é que após a Proclamação da República os Araújo distribuem-se ao longo do território do Paraná no controle de alguns municípios ou então ocupam cargos no Congresso Legislativo Estadual, o que revela que a força e o poder desta família passa a ficar cada vez mais restritos. Apesar de não ocuparem cargos mais expressivos durante o regime republicano, ao mesmo tempo conseguem implementar condições para horizontalizar seu mando, estendendo este sobrenome para a chefia, ou participando dela através de prefeituras em cargos de camaristas, suplentes e até mesmo como prefeitos locais. Isto ocorria em vários municípios paranaenses até 1930, como em Palmas, Ipiranga, Guarapuava, União da Vitória, Jaguariaiva e Clevelândia, por exemplo.

No Paraná, com raras exceções, os chefes políticos locais não tiveram o poder suficiente para alcançar o patamar do governo estadual, sendo reconhecidos regionalmente

e nacionalmente como alguns coronéis da Bahia, de Pernambuco, do Ceará e de São Paulo, por exemplo. Sempre se encontraram submissos, procurando exercer atividades relacionadas ao poder do governo, mas sem ter os privilégios de participar de um mando político maior, isto é, o poder do coronel paranaense sempre teve como limites às fronteiras do estado e, mais ainda, as fronteiras de seus municípios.

A lista de nomes que compõem o governo estadual indica que os coronéis paranaenses chegaram ao executivo raras vezes, encontrando-se como substitutos ou, no máximo, como 1º vice e 2º vice-presidente. Logo, não encontramos nenhum coronel ocupando cargos no executivo estadual durante o Império e somente os seguintes coronéis durante a Primeira República: cel. Joaquim José Alves (vice-presidente durante 03.09.1889 até 11.09.1889) e o cel. João de Menezes Dória (presidente durante o Governo Revolucionário de 21.01.1894 até 24.03.1893). Ou seja, foram raros os momentos em que um coronel paranaense se encontrou à frente do executivo do estado do Paraná, mas sempre procurou manter-se ligado a algum partido, oposição ou situação antes de 1908, ou então, agregando-se na Coligação destes. Na grande maioria das vezes os coronéis paranaenses ocuparam prefeituras municipais ou então cadeiras do Congresso Estadual.

Assim, podemos enfatizar que também foram poucos os coronéis que completaram chapas partidárias na vice-presidência estadual, mas os que conseguiram, de fato, não tiveram grande representação enquanto tal. Quanto ao Senado, também não encontramos nenhum coronel paranaense, nem durante o Império e tampouco durante a República Velha ocupando esta posição. No entanto, no que se refere ao Congresso Federal, encontramos uma pequena abertura com o cel. João de Menezes Dória (03.05.1906 – 31.12.1908), com o cel. Luiz Antônio Xavier³ em três mandatos seguintes (03.05.1912 – 31.12.1914, 03.05.1915 – 31.12.1917, 03.05.1918 – 31.12.1917), e o cel. Ottoni Ferreira Maciel somente uma única vez⁴ (03.05.1920-31.12).

Mas, se compararmos a presença de apenas três coronéis no Congresso Nacional com o número total de deputados federais durante 1880 a 1930, a representatividade dos coronéis passa a ser ainda menos significativa, pois no total de 64 cadeiras, apenas 3 foram ocupadas por coronéis paranaenses. (FERREIRA, 1999)

O que se fez comum no Paraná deste período é o fato dos coronéis estarem à frente das prefeituras municipais e, quando possível, alternando-as como deputados estaduais, como é o caso de coronéis como Telêmaco Borba, Amazonas de Araújo Marcondes⁵, Domingos Soares, Otoni Maciel, Romualdo Baraúna, Capistrano Cunha, Lysandro Alves de Araújo e vários outros. O que permite aproximarmos da visão de Vitor Nunes Leal, na qual vê, antes de tudo, uma fraqueza dos coronéis em detrimento do governo do estado, já todos os mencionados anteriormente foram membros do Partido Republicano Paranaense, ou seja, todos efetivamente fizeram parte, de uma forma ou de outra, da *situação*.

³ Não podemos esquecer que este coronel era irmão Francisco Xavier da Silva, que ocupou a Presidência do estado durante três vezes e duas vezes chegou ao Sendo representando o Paraná.

⁴ Conforme apontaremos, a ocupação deste cargo, ainda que de forma passageira, foi o resultado de um pacto de apoio e garantia de voto com o então governador Afonso Camargo.

⁵ Encontramos uma nota do Jornal **A República** (órgão da situação), de 11 de novembro de 1895, sobre o cel. Amazonas de Araújo Marcondes que revela sua situação de oposição partidária antes da Coligação, ou seja, antes deste coronel manter o seu poder através de sua filiação ao Partido Republicano Paranaense: “**Maragato** - Conta-nos que um conhecido cel. Maragato, o sr Amazonas Marcondes, acha-se nesta capital, e que teve a singular audácia de procurar o chefe militar do Distrito. Esse conhecido maragato foi braço forte entre a invasão, e esta ainda não tinha feito sua entrada no Estado, quando ele pomposamente batisava [sic] os vapores de navegação do Iguaçu com os nomes de ‘Gumerindo’, ‘Juca Tigre’, ‘Dória’. Agora conta-nos mais, que o referido coronel tem-se dirigido ao cel. Joaquim Lacerda, pedindo indenização *pelos prejuízos que sofre!* É de força! Justiça com esse maragato!”

Verificamos que os grupos locais, através das figuras dos coronéis tinham um papel fundamental de garantir as eleições na medida em que eram instrumentos para sustentação do grupo que ocupava o executivo estadual, além de revigorar o mecanismo hierárquico do sistema partidário. E, dessa forma, o faziam pessoalmente, se lançando para prefeitos ou deputados estaduais, na grande maioria dos casos.

A falta de oportunidade para os coronéis ascenderem ao executivo do Estado representa também sua fraqueza, pois ficavam confinados ao espaço do município, onde a maioria de suas reivindicações e projetos de lei era também para este plano, ou seja, sempre limitado. Digamos que este era o preço que os mandatários locais deveriam pagar para verem seu poder local ter continuidade durante os anos da Primeira República.

Uma das evidências que comprovam ser o Partido Republicano Paranaense instrumento garantidor do *sistema coronelista* no Paraná é justamente sua capacidade de aglutinar interesses, considerados divergentes antes da Coligação e mantê-los praticamente coesos, sem nenhuma oposição partidária rígida até 1930. Ou seja, a documentação analisada antes da Coligação evidencia que os referidos partidos políticos apresentavam, ao menos nos discursos e propostas de seus representantes, rivalidades e interesses divergentes que foram desprezados quando o PRF encontrou uma forma de seguir com o quase absoluto domínio político compondo com o PR que, após a união, passou a encontrar condições de também participar dos favores da situação governista.

Podemos dizer que a condição que leva o Partido Republicano Paranaense, após a união partidária, a se manter forte no poder, sem o risco de grandes conflitos de interesses é sua capacidade de controle da engrenagem que determina sua hierarquia. Os indivíduos que ocupam e que mandam no Diretório Central deste Partido são os mesmos que revezam o poder no governo estadual, federal e no Senado. Dessa forma, era grande a importância dos diretórios municipais serem submetidos às imposições do Diretório Central, pois garantiam o controle direto da massa de votos que tinha por função legitimar o quadro “democrático” do sufrágio universal e, ao mesmo tempo, atender as determinações impostas pela cúpula executiva do Partido, a qual ocupava os cargos políticos mais importantes do Paraná da Primeira República.

Também podemos dizer que a relação de submissão existente entre o Diretório Central e os Diretórios Municipais era semelhante ao mecanismo de submissão dos coronéis perante o governo estadual, ou seja, colocavam-se como instrumentos para legitimar o poder que a classe dominante ocupava no executivo estadual, haja vista que o controle dos votos era importante, mas na época a situação política poderia, tranquilamente, lançar mão de vários tipos de fraudes. Então, o que se dispõe é a necessidade do coronel fazer parte do *sistema*, controlando o município em meio às determinações do governo e este, garantindo a ordem legal para a esfera de poder nacional.

Se observarmos a lista de nomes dos governadores, vice-governadores e senadores do Estado do Paraná, notaremos que os grupos anteriormente ‘antagônicos’ e ‘rivais’ que disputavam o executivo do Estado, antes de 1908, acabam se adequando ao novo contexto. Nomes como de Generoso Marques, Afonso Camargo, Alencar Guimarães, Carlos Cavalcanti estarão em cena no Senado ou no executivo estadual durante muito tempo. Enquanto, paralelamente, cabiam aos chefes políticos, acomodarem-se em suas funções neste *sistema*, para conseguirem ocupar o comando da política local, isto é, sempre subordinados a ordens de instâncias superiores, e dependendo destas para obter recursos financeiros e concessões para sobreviverem enquanto tal.

Assim, o estado do Paraná compartilha a importância de sua organização partidária para a consolidação do *sistema coronelista*, concebido por Vitor Nunes Leal. Nesse caso, mesmo o Partido Republicano Paranaense não tendo uma representatividade nacional como o Partido Republicano Paulista ou o Partido Republicano Mineiro, conseguiram viabilizar estrategicamente seus interesses partidários aos interesses dos chefes políticos locais, já que o Partido era, em rigor, um canal para que estes tivessem acesso aos favores concedidos pelo governo estadual. “Com sua economia voltada para a produção da erva-mate – (...) e que desde os fins do período provincial se tornara a principal fonte de renda como sustentáculo das finanças públicas, enquanto o café em ascensão e fastígio na região Sudeste monopolizava as atenções do governo federal, o Paraná tinha pouca voz e vez nos altos escalões da República.” (CARNEIRO; VARGAS, 1994, p. 15) Podemos dizer, então, que o Partido Republicano Paranaense converteu os poderosos locais a seu favor na medida em que estes, através do vínculo partidário, se garantiam politicamente enquanto situação; dispondo de benefícios por este compromisso político.

O perfil do coronel paranaense da Primeira República é marcado pelo homem que tem sob seu poder político boa parcela de população em seu município, na medida em que se garante nas eleições e, através destas, reverte votos em benefícios particulares e para sua localidade, o que lhe permite, por consequência, a continuidade de sua situação.

O fato de termos também os coronéis paranaenses ocupando cargos políticos pessoalmente revela a importância do vínculo partidário, ou seja, percebemos que era necessário para a manutenção do *sistema coronelista* paranaense, estar agregado ao Partido Republicano Paranaense, servindo como um mecanismo não só de vínculo, mas também de organização do próprio compromisso coronelista: de um lado os coronéis se convertem em poderosos locais, através do estatuto político que lhe é repassado pelo partido (e também pela submissão ao poder estadual) e, de outro, conseguem manter no executivo estadual os grupos mais importantes do Estado, através da certeza do controle do eleitorado.

Assim, o Partido Republicano Paranaense, mais do que um instrumento político foi um elemento essencial para o estabelecimento do coronelismo. Pois se o Paraná tivesse um esquema partidário interno fraco e desarticulado, os coronéis não estariam preocupados em participar dele pessoalmente. Afinal, seu papel disciplinador é fundamental porque faz manter os coronéis locais em seus respectivos lugares e servindo de base para o *sistema coronelista*, ou seja, conserva os chefes políticos locais no espaço do município controlando as prefeituras locais e, paralelamente, garantindo votos. E também, ao mesmo tempo, cumpre o papel de reproduzir a subordinação do poder local ao governo estadual, refletindo, por excelência, a fraqueza e a dependência dos coronéis para com o poder público.

Num contexto em que encontramos um partido político servindo como “cimento” nas relações políticas que estruturam o *sistema coronelista*, torna nossa análise viável para pensarmos segundo a tese de Vitor Nunes Leal. Sendo assim, vale apresentar alguns aspectos que marcam os acontecimentos políticos antecedentes à Coligação.

O movimento republicano no Paraná teve pouca influência e pouquíssimos adeptos, antes da Proclamação da República, se o compararmos com as dimensões assumidas pelo movimento republicano na Província de São Paulo. Segundo nos coloca George Boehrer, uma “...verdadeira atividade republicana não começou senão em 1883, com a publicação do jornal, **O Livre Paraná**, sob a direção de Fernando Simas e

Guilherme Leite. Em novembro de 1885 fundou-se em Curitiba um Clube Republicano, tendo Eduardo Gonçalves como presidente e Ernesto Lima como secretário.” No entanto, foi somente em “...2 de dezembro, que o Partido conquistou o seu primeiro deputado provincial embora de maneira indireta. Vicente Machado da Silva Lima, que fora candidato à Assembléia, anunciou sua volta à grei republicana, desde então foi o chefe do Partido Republicano do Paraná.” (BOEHRER, 1954, p. 175, 176)

Apesar da notícia da Proclamação da República em nosso Estado ter sido algo inesperado pela população paranaense, aliás, como no restante do país, os representantes políticos incorporaram e assumiram os princípios da nova ordem instaurada sem muito questionamento, surgindo, assim, o aparecimento de líderes que controlariam a vida política do Paraná durante toda a República Velha.

CORONELISMO AND THE REPUBLICAN TRANSITION IN PARANÁ

Abstract

Analysis on the local power, specifically about coronelismo in Paraná during the transition of the Monarchic regime for the Republic. It points the main aspects that resulted in coronelismo's configuration while system, in other words, coronelismo paranaense involved the public power (through the state government) and the private power (in the colonel's illustration) in a relation of political mark, once that the participants actors 'extended' since the simplest base of the society, that was the rural worker, until President, just as introduced in the classical analysis of Vitor Nunes Leal, Coronelismo, Hoe and Vote. The maintenance of the system coronelista in Paraná had it foundation in the warranty of the votes (universal suffrage) through the colonels' action who also resulted in the control of the municipal order, always objectified by the political group that dominated the State.

Key words: Regime Transition, System Coronelista, Paraná.

Referências

- BASNAUN, L. **História Sincera da República (1889-1930)**. 6. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1997.
- BOEHRER, G. C. A. As províncias do Sul e do Oeste, I – O Paraná. In: _____. **Da Monarquia à República: histórico do Partido Republicano do Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954.
- CARNEIRO, D.; VARGAS, T. **História biográfica da República no Paraná**. Curitiba: Banestado, 1994.
- DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO DO PARANÁ**. Paraná: Chain- Banestado, 1991.
- FERREIRA, J. C. V. **O Paraná e seus municípios**. 3. ed. Paraná: Editora Memória Brasileira, 1999.
- LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**. 5. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.
- SAES, D. A. M. de. Coronelismo e Estado burguês: elementos para um reinterpretação. **Nova Escrita Ensaio**, São Paulo, v. 4, n. 9, p. 107- 127, 1982.
- TOURINHO, L. C. P. **Toiro Passante III: tempo de República Velha**. Curitiba: Gráfica Editora Rocha, 1990.

